

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REVISTA JURÍDICA IN VERBIS
CONSELHO EDITORIAL DA 47ª EDIÇÃO

Processo Seletivo Edital 02/2019
Resultado da Seleção Formal

A **REVISTA JURÍDICA IN VERBIS**, por meio de seu Conselho Editorial, com sede no Setor de Aulas I, Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, localizado em Lagoa Nova, CEP: 59072-970, Natal – RN, torna pública a lista de **ARTIGOS APROVADOS NA SELEÇÃO FORMAL** de trabalhos científicos para a 47ª edição do periódico, cuja materialização dar-se-á em observância com as especificações e disposições contidas no Edital 02/2019, previamente publicado.

Cumprе frisar, precipuamente, que todos os critérios norteadores considerados para a análise formal dos artigos submetidos foram extraídos das normas previstas no Edital 02/2019, no Guia de Normas, assim como no Artigo Modelo. Destarte, após o prazo de 72 (setenta e duas) horas para interposição de recursos ao Resultado Preliminar da Seleção Formal, divulgada em 12 de dezembro de 2019, arrolamos, a seguir, os títulos dos artigos aprovados e que, portanto, serão analisados na Seleção Material, próxima etapa do Processo Seletivo.

ARTIGOS APROVADOS – SELEÇÃO FORMAL
MEDIDAS DIVERSAS DA ADOÇÃO COMO ALTERNATIVAS AO ABANDONO AFETIVO DE CRIANÇAS NO BRASIL
MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS: DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE AO ATIVISMO JUDICIAL
<i>NULLA EXECUTIO SINE TITULLO</i> NO PROCESSO PENAL: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE CULPA E PRISÃO À LUZ DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

O CASO ELOÁ: OS LIMITES DA LIBERDADE DE IMPRENSA E A BANALIZAÇÃO DO MAL
VOTO DISTRITAL NO BRASIL: LIÇÕES QUE DEVEM SER APRENDIDAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NORTEAMERICANA COM O <i>GERRYMANDERING</i>
ARBITRAGEM: UMA BREVE DEFESA DO RECONHECIMENTO E DEFINIÇÃO DESSE INSTITUTO, POR MEIO DE LEI, COMO VERDADEIRA JURISDIÇÃO PRIVADA
ANÁLISE DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA A TRIBUTAÇÃO DO <i>STREAMING</i> À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.
ALCANCE DA EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
A MULHER NO PÓS-ABOLICIONISMO: REPÚBLICA PARA QUEM?
TRIBUTAÇÃO DAS ENTIDADES FAMILIARES PLURAIS
TEORIA PURA DO DIREITO, LIMITES DA INTERPRETAÇÃO E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: SUPREMA CORTE BRASILEIRA COMO LEGISLADOR NEGATIVO OU POSITIVO NO CASO DA ADO 26?
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NA SUCESSÃO EMPRESARIAL: A (IM)POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DAS MULTAS PUNITIVAS PARA OS SUCESSORES
AVALIAÇÃO CRÍTICA DA NEGAÇÃO DA ANÁLISE DO CONTEÚDO MATERIAL DO TIPO PENAL CORRESPONDENTE AO TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL
A AUSÊNCIA DO CONTRADITÓRIO NO <i>MUSTERVERFAHREN</i> BRASILEIRO
REFLEXÕES SOBRE O PENSAR CRIMINOLÓGICO NO BRASIL: “ALGUMAS CRIMINOLOGIAS” FRENTE À NOSSA EXPERIÊNCIA
MEDIDAS ALTERNATIVAS PENAIAS: A INSUFICIÊNCIA HISTÓRICA DAS PENAS ALTERNATIVAS EM FACE À REALIDADE BRASILEIRA
A CRISE FISCAL E A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS CONSTITUCIONAIS: A POLÍTICA DE AJUSTE FISCAL COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL PARA O ÂMBITO AMBIENTAL

A MISOGINIA E SEU IMPACTO NA LEGISLAÇÃO PROTETIVA DAS MULHERES
QUANTO CUSTA O AMOR? UM OLHAR SOCIOJURÍDICO SOBRE A INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO PARENTAL
CRITÉRIOS LIMITADORES PARA UMA MAIOR RACIONALIZAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM UM ESTADO DE DIREITO
SOCIETAS DELINQUERE NON POTEST: UM BREVE ESTUDO SOBRE A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS DIREITOS ROMANO E BRASILEIRO
O EXPANSIONISMO PUNITIVO E O (DES)CONTROLE DA SOCIEDADE DE CONSUMO: INOVAÇÕES LEGISLATIVAS NO CRIME DE ROUBO
O LIMAR ENTRE O DIREITO À VIDA E O PUNITIVISMO: A PENA DE MORTE À LUZ DA RECEPÇÃO DO DIREITO PENAL NOS ARCABOUÇOS JURÍDICOS NACIONAIS
O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E O PROJETO DE LEI 477/2018

Natal/RN

12/12/2019

O Conselho Editorial